

POTENCIAIS EDUCATIVOS DAS VISITAS MEDIADAS AO PRÉDIO DO ANTIGO DOI-CODI/SP: CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM GRAMSCIANA PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS EM LUGARES DE MEMÓRIA RELACIONADOS AO PASSADO DITATORIAL BRASILEIRO

EDUCATIONAL POTENTIALS OF MEDIATED VISITS TO DOI-CODI/SP BUILDING: CONTRIBUTIONS OF THE GRAMSCIAN APPROACH TO HUMAN RIGHTS EDUCATION IN SITES OF MEMORY RELATED TO THE BRAZILIAN DICTATORIAL PAST

POTENCIALES EDUCATIVOS DE LAS VISITAS MEDIADAS EN EL EDIFICIO DEL ANTIGUO DOI-CODI/SP: APORTES DEL ENFOQUE GRAMSCIANO A LA EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS EN SITIOS DE MEMORIA RELACIONADOS CON EL PASADO DICTATORIAL BRASILEÑO

Renan Ribeiro Beltrame¹

Resumo: O artigo propõe analisar as ações educativas executadas pelo Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo no prédio do antigo DOI-Codi/SP, dentro de uma abordagem gramsciana. Partindo de observação das atividades e análise dos relatórios de avaliação, constatamos como potenciais das visitas mediadas ao lugar de memória: a) a constituição de uma prática educativa que tende a superar o entendimento alicerçado no senso comum a respeito de nossa história recente e de nossa democracia; b) a contribuição na consolidação do caráter pedagógico, intrínseco ao processo de efetivação do direito à Memória, Verdade e Justiça no Brasil pós-ditadura.

Palavras-chave: Educação; Direitos Humanos; Direito à Memória, Verdade e Justiça; Lugar de Memória; Antonio Gramsci.

Abstract: The article proposes an analysis of the educational actions taken by the Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo in the DOI-Codi/SP building, within a Gramscian approach. Based on the observations of the activities and the analysis of the evaluation reports completed by visitors, we found like potential of visits to the memory site: a) the constitution of an educational practice that tends to overcome the understanding established in common sense regarding history recent and democracy; b) contribute to the pedagogical nature of the process of realizing the right to Memory, Truth and Justice in post-dictatorship in Brazil.

Keywords: Education; Human Rights; Right to Memory, Truth and Justice; Site of Memory; Antonio Gramsci.

Resumen: El artículo propone un análisis de las acciones educativas ejecutadas por el Núcleo de Preservación da Memória Política de São Paulo en el edificio del antiguo DOI-Codi/SP, bajo un enfoque gramsciano. Por la observación de las actividades y el análisis de las evaluaciones hechas por visitantes, encontramos como potencial de las visitas mediadas al sitio de memoria: a) la constitución de una práctica educativa que tiende a superar el entendimiento establecido en el sentido común sobre la historia reciente y la democracia; b) la contribución al carácter pedagógico, intrínseco a la realización del derecho a la Memoria, la Verdad y la Justicia en el Brasil postdictadura.

Palabras clave: Educación; Derechos Humanos; Derecho a la Memoria, Verdad y Justicia; Sitio de Memoria; Antonio Gramsci.

Introdução

Este artigo visa dialogar com profissionais da educação, evidenciando os potenciais educativos de um lugar de memória situado na cidade de São Paulo/SP, que está diretamente relacionado ao passado ditatorial brasileiro, perspectivando assim, corroborar com o caráter educativo que acreditamos ser intrínseco à implementação do direito à Memória, Verdade e Justiça no Brasil.

Para tanto, entendemos que nosso referencial analítico, apoiado nas reflexões apresentadas por Antonio Gramsci (2011) em *Cadernos do Cárcere* são fundamentais para compreensão da educação enquanto elemento social, o que nos auxilia identificar as especificidades, potencialidades e limites das práticas educativas analisadas, a saber: as visitas mediadas ao prédio do antigo DOI-Codi/SP, organizadas e executadas pelo Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo (Núcleo Memória, c2021).

Buscando a melhor maneira de apresentar nosso estudo, organizamos nosso trabalho da seguinte forma: 1) apresentação dos pressupostos e conceitos gramscianos articulados em nossa abordagem; 2) descrição do Núcleo Memória e da ação educativa observada; 3) apresentação e análise das visitas observadas e dos dados recolhidos junto a participantes das atividades; 4) redação das considerações a respeito dos resultados obtidos.

Temos como objetivos para esse trabalho: 1) identificar os potenciais pedagógicos das visitas mediadas planejadas e executadas pelo Núcleo Memória no prédio do antigo DOI-Codi/SP; 2) apresentar fundamentos teóricos no campo da educação que, embasados na análise gramsciana, nos auxiliem a compreender e desenvolver ações educativas que contribuam para a efetivação do direito à Memória, Verdade e Justiça no Brasil, e por fim, 3) entender quais são as funções sociais da educação em lugares de memória no processo de efetivação do direito à Memória, Verdade e Justiça no Brasil pós-ditadura militar.

Desta forma identificamos, atingindo esses objetivos, ser possível cooperar junto à formação, tanto inicial quanto continuada, de profissionais da educação que atuem dentro ou fora do espaço escolar, que desenvolvam, ou possuam interesse em desenvolver ações educativas em lugares de memória relacionados à ditadura brasileira que se estendeu de 1964 até 1985.

Esperamos assim, que tais profissionais, das mais variadas formações, que ainda iniciarão ou já desenvolvam trabalhos nesses lugares, possam partir de um terreno comum, alicerçado sobre a compreensão gramsciana da educação, para as discussões – mesmo discordando das considerações aqui apresentadas – e então, refletam sobre suas práticas, o que pode também ser um exercício compartilhado com outras áreas e profissionais que pensem, articulem e executem atividades em lugares de memória, como pesquisa histórica e museologia.

Ademais, acreditamos que compreendendo os potenciais pedagógicos desses lugares, cada vez mais docentes, para além de quem assume a disciplina de história – que obrigatoriamente trata de temáticas relacionadas à ditadura militar brasileira – estabeleçam relações entre conteúdos e temas a serem trabalhados dentro e fora das salas de aula.

Metodologia

A metodologia adotada para a produção deste artigo procurou articular a pesquisa de campo de tipo qualitativo-descritivo à análise documental. O acompanhamento *in loco* do desenvolvimento das ações educativas se caracterizou como pesquisa de campo de tipo qualitativo-descritivo, que consiste, baseado em Lakatos e Marconi (2003), em investigação empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos observados.

É importante relatar que o pesquisador e autor deste artigo é educador e colabora com a equipe de ação educativa do Núcleo Memória, planejando e executando a atividade estudada.

A análise documental apresentada consistiu-se no exame dos resultados obtidos pelos formulários de avaliação da ação educativa, produzido pela equipe de educação responsável pelo planejamento e execução das atividades, que conta com registros preenchidos por participantes das visitas mediadas ao prédio do antigo DOI-Codi/SP ao longo do segundo semestre de 2022, disponibilizados pelo Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo, conferidos, segundo Severino (2002), dentro de uma leitura analítica, no intuito de: 1) promover um exame temático a seu respeito; 2) desenvolver uma análise interpretativa; 3) levantar as problematizações acerca do exposto pelo material; 4) chegar a uma síntese pessoal; 5) apresentar uma conclusão.

O materialismo histórico-dialético emerge neste artigo como elemento central do arcabouço epistemológico que orienta toda nossa concepção analítica, e as apreensões de Antonio Gramsci no tocante à educação, nos permitem identificar suas funções sociais.

Antonio Gramsci: concepções e conceitos a respeito da educação

Considerando as concepções expressas por Antonio Gramsci (2011) em *Cadernos do Cárcere* sobre o tema da educação, destacamos, em primeiro lugar, a apreensão sobre ser a educação um elemento das relações sociais. Significa dizer que precisamos identificar o processo de efetivação de uma ação pedagógica num determinado contexto, no qual é primordial aludirmos às relações sociais nas quais o trabalho

ARTIGO

educativo está inserido.

No Caderno 12, a respeito da escola e sua especificidade na formação de intelectuais numa sociedade capitalista moderna, o autor afirma:

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização de um determinado Estado (Gramsci, 2011, p. 19).

Compreendemos assim, que a formação cultural, bem como o desenvolvimento intelectual dos indivíduos no modo de produção capitalista, estão diretamente associados à estruturação da forma pela qual o conhecimento é dinamizado pela escola.

Mais adiante, ainda no Caderno 12, Gramsci identifica que:

A diferente distribuição dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território “econômico” e as diferentes aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diferentes ramos de especialização intelectual (Gramsci, 2011, p. 20).

Partindo dessa afirmação, entendemos que toda essa estruturação do conhecimento em ambiente escolar, em uma realidade social capitalista, está diretamente vinculada à sua base produtiva (econômica).

Seria deveras forçoso identificarmos em Gramsci, alguma referência à educação em lugares de memória, tal qual estes são apresentados e definidos em nosso texto. A proposta deste artigo é a de nos apropriarmos de suas considerações a respeito da educação em geral, e da escola em específico, para auxiliar nossas análises.

Também no Caderno 12, Gramsci identifica dois elementos centrais, presentes nas escolas primárias da Itália no início do século XX, essenciais à formação das crianças: 01) a apresentação das primeiras noções de ciências naturais; 02) a apresentação das primeiras noções de direitos e deveres do cidadão (Gramsci, 2011).

De acordo com suas observações, esses dois elementos compunham o princípio educativo das escolas primárias que, por sua vez, embasado no conceito de trabalho, via de regra entrava em conflito tanto com uma “concepção mágica do mundo e da natureza, que a criança absorve do ambiente impregnado de folclore” (Gramsci, 2011, p. 42), como com as “tendências às barbáries individualista e localista, que é também

um aspecto do folclore" (Gramsci, 2011, p. 42).

É importante observarmos que folclore, para Gramsci, pode ser compreendido como elemento relacionado a uma concepção de mundo do senso comum. De acordo com Giovanni Mimmo Boninelli no *Dicionário Gramsciano*:

Seria necessário estudá-lo [o folclore] como "concepção de mundo" de determinadas camadas da sociedade, que não são atingidas pelas modernas correntes de pensamento. Concepção de mundo não somente não elaborada e sistematizada [...], mas multíplice, no sentido de que é uma justaposição mecânica de várias concepções do mundo, ou até mesmo um museu de fragmentos de todas as concepções de mundo e da vida que se sucederam na história (Boninelli, 2017, p. 464).

Compreendemos então que, de acordo com Gramsci, os elementos centrais na formação dos indivíduos, próprios de um período específico do funcionamento da escola primária italiana, tenderam a se chocar com a consciência prévia, calcada sobre uma concepção de mundo não elaborada e não sistematizada, composta por distintas camadas justapostas. Em suas palavras:

Com seu ensino, a escola luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções de mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, e de leis civis e estatais, precedentes de uma atividade humana, que são estabelecidos pelo homem e podem ser por ele modificadas tendo em vista seu desenvolvimento coletivo (Gramsci, 2011, p. 42-43).

Outro conceito desenvolvido por Gramsci importante para nosso trabalho é o de Estado integral, sendo que, nessa concepção, o entendimento sobre o Estado é alargado pois, conservando a sua compreensão como instituição de classe pertencente à superestrutura, identifica a correlação de forças na qual está inserido, observando a ação da sociedade política e da sociedade civil, ambas representantes de classes sociais e de suas frações, e que se articulam para a construção de consensos e hegemonias.

Por sociedade política identificamos o Estado estritamente entendido, compreendendo o aparato governamental e o aparato coercitivo (Liguori, 2017), e por sociedade civil, como a esfera da atividade política (Texier, 2017). Embora elementos da superestrutura estejam articulados em uma realidade social, à infraestrutura. Em Gramsci, os conceitos de Estado integral, sociedade política e sociedade civil, incorporam o entendimento de reciprocidade entre estruturas sociais, excluindo-se a noção de determinação *a priori* de uma sobre outra.

Na concepção gramsciana, a sociedade civil é o lugar no qual os aparelhos privados de hegemonia – outro conceito importante para nossa análise – como sindicatos, partidos políticos e organizações de mais variada natureza, se articulam e disputam os sentidos do modo de pensar dos sujeitos sociais, ou seja, disputam a criação de um consenso e a construção de uma hegemonia (Texier, 2017).

O Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo (Núcleo Memória)

Compreendemos que o referencial analítico apresentado pode nos proporcionar um ganho qualitativo no que se refere ao estudo e ao desenvolvimento de ações educativas em lugares de memória relacionado ao passado ditatorial brasileiro.

Para tanto, nos atentaremos em tecer considerações embasadas na perspectiva gramsciana exposta na primeira parte de nosso artigo, sobre os potenciais educativos das visitas mediadas ao prédio do antigo DOI-Codi/SP, planejadas e executadas pelo Núcleo de preservação da Memória Política de São Paulo (Núcleo Memória).

Por essa razão, teceremos uma apresentação da instituição e, em seguida, uma breve contextualização das atividades a serem analisadas.

Em seu site oficial, o Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo identifica-se como uma instituição do Terceiro Setor de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social da Cultura (OS), comprometida com os princípios de Memória, Verdade e Justiça, e que atua na preservação da memória política, no fortalecimento da cidadania, dos valores e princípios democráticos e na defesa dos Direitos Humanos, criada em 2009 (Núcleo Memória, c2021).

Formado por ex-presos políticos durante a ditadura militar, é oriundo do Fórum Permanente de Ex-presos e Perseguidos do Estado de São Paulo, que em 2006 se mobilizou propondo a instauração do Memorial da Resistência de São Paulo no edifício outrora ocupado pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) e promove na instituição uma atividade denominada Sábado Resistente, proporcionando debates sobre as histórias e memórias do período ditatorial, bem como dos movimentos de resistência, relacionando-os às lutas por Direitos Humanos em dias atuais (Núcleo Memória, c2021).

De acordo ainda com o site do Núcleo Memória, dentre tantas atividades que realiza, estão as visitas mediadas no local outrora ocupado pelo DOI-Codi/SP na rua Tutóia nº 921, na cidade de São Paulo/SP, desde o ano de 2017 (Núcleo Memória, c2021).

Vale explicar que a origem do DOI-Codi/SP remonta à criação da Operação Bandeirantes (OBAN), órgão clandestino de repressão ditatorial que contou com o apoio do Governo do estado de São Paulo, das Forças Armadas, de empresários e

ARTIGO

outros agentes civis, no ano de 1969. Inicialmente instalada no quartel do 2º Batalhão de Reconhecimento Mecanizado da Polícia do Exército, na rua Abílio Soares, na cidade de São Paulo/SP, mudou-se para os fundos da 36ª Delegacia de Polícia Civil, na rua Tutóia, nº 921, no mesmo município.

A OBAN funcionou como aparato clandestino centralizador de informações sobre atividades políticas consideradas subversivas pelo governo militar, atuando na perseguição de resistentes à ditadura. Em 1970, foi oficializado como órgão do contingente da segurança nacional, passando a ser chamado de Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).

O aparelho repressivo encerrou suas atividades na rua Tutóia em 1984, quando foi transferido para o 4º Batalhão de Infantaria – Quartel de Quitaúna – na cidade de Osasco/SP, e, em seguida, para o Hospital do Exército, no bairro do Cambuci, na cidade de São Paulo/SP, onde funcionou até a sua desativação naquele mesmo ano.

Em 2014 o prédio que serviu como DOI-Codi/SP na rua Tutóia nº 921 foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), após processo iniciado a pedido de Ivan Seixas – ex-preso político que foi sequestrado e torturado no local na década de 1970 – e que contou com a relatoria feita pela historiadora Deborah Neves, na qual se ressaltou a relevância histórica e social do espaço para a memória política brasileira (Núcleo Memória, c2021).

Cabem aqui, algumas considerações ao conceito de lugar de memória articulado em nosso trabalho. De acordo com o historiador francês Pierre Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios, noticiar atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1993, p. 13).

No tocante ao lugar de memória sobre o qual debruçamos nossa atenção nesse artigo – o prédio que outrora abrigou o DOI-Codi/SP – podemos também considerá-lo como exemplo de patrimônio dissonante, ou patrimônio difícil, caracterizado por Daniela Pistorello e Cristina Meneguello como um daqueles locais que:

Atestam a ocorrência de regimes de exceção promovidos pelo Estado, bem como a atuação de grupos na perseguição e tentativa de aniquilação de outros. Ligados às políticas de memória e às leis memoriais, tais patrimônios buscam evitar a ocultação dos fatos e a desacreditação das vítimas, esclarecendo as sociedades sobre seu passado recente (Pistorello; Meneguello, 2022, p. 5).

As autoras concluem:

É preciso pontuar também que tais patrimônios não são “difíceis” simplesmente por lidarem com memórias do trauma ou da dor, mas porque as próprias práticas de reconhecimento e institucionalização dos locais a eles associados não são consensuais dentro da sociedade (Pistorello; Meneguello, 2022, p. 6).

Partindo dessas concepções, apreendemos que os lugares de memória potencializam a compreensão acerca da discussão sobre temas, assuntos e conteúdos tratados pelo campo da história, bem como evidenciam as disputas pela memória de um determinado fato, acontecimento ou período.

As visitas mediadas ao prédio do antigo DOI-Codi/SP

Buscando contribuir para a efetivação de um lugar de memória e, ao mesmo tempo, evitar a ocultação dos fatos e a desacreditação das vítimas de um regime de exceção promovido pelo Estado, as visitas mediadas ao prédio do antigo DOI-Codi/SP são oferecidas ao público por meio da divulgação em site, e-mail e redes sociais do Núcleo Memória, e acontecem desde o seu início, pelo menos uma vez ao mês, nas quartas-feiras. A partir de 2022, passaram também a ser ofertadas aos sábados, a cada três meses, recebendo universidades, escolas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, estudantes, docentes, pesquisadoras e pesquisadores, e demais pessoas interessadas em temas relacionados aos Direitos Humanos (Núcleo Memória, c2021).

De acordo com o Núcleo Memória, o termo mediação significa:

[...] diálogo estabelecido entre os educadores e o público que comparece na atividade, com o intuito de ampliar, construir e reconstruir experiências e saberes de todos os envolvidos no processo da visita. Conhecimentos diversos, sejam históricos, científicos e culturais não são propriedade de um determinado grupo e a mediação visa construir coletivamente a experiência da visita (Núcleo Memória, c2021).

Ao final das visitas mediadas, que contam com uma equipe de ação educativa para sua execução, e que se iniciam com a explicação do histórico de formação do aparelho de repressão seguindo com o relato de memórias do local, no qual ex-presas políticas e ex-presos políticos dão seu testemunho da experiência que tiveram ao serem vítimas de sequestros e interrogatórios sob torturas físicas e psicológicas, nas dependências do antigo DOI-Codi/SP, os educadores responsáveis pela condução da mediação, estimulam o público participante a preencher um livro de registros das atividades,

respondendo a seguinte questão: o que você espera de um memorial no antigo DOI-Codi/SP?

De acordo com a entidade, as respostas visam colaborar com uma maior participação da sociedade civil no processo para definição do projeto museológico a ser implantado no local, e que será discutido junto ao Grupo de Trabalho Interinstitucional (GT DOI-Codi), criado em 2018 com a finalidade de elaborar um plano de trabalho para viabilizar a ocupação dos edifícios tombados na Rua Tutóia. A formação do GT DOI-Codi decorreu do pedido de manifestação do Ministério Público do estado de São Paulo, cujo Ofício PJDH-IS nº 237/2017 solicita à Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) a redação de um parecer sobre a “viabilidade de imediata implementação de projeto de uso e aproveitamento do prédio onde funcionou o DOI-Codi (atualmente desocupado), como local de memória aberto à visitação pública” (Processo 76327/2016, fl. 120)” (Núcleo Memória, c2021)².

As respostas aos relatórios de avaliação da visita mediada ao antigo DOI-Codi/SP

Nossa análise será feita a partir das respostas deixadas por visitantes no livro de registros e anexadas aos relatórios de avaliação da visita mediada preparados pela equipe de ação educativa ao longo do segundo semestre de 2022, pelo fato de ser esse o momento em que os educadores do Núcleo Memória iniciaram um processo sistemático de exame das atividades, no intuito de tornar mais qualitativo o seu trabalho.

No intuito de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações obtidas, optamos por vetar a identificação nominal das pessoas que preencheram o livro de registros. Decidimos ainda por transcrever os dados aqui apresentados, mantendo integralmente a escrita original, sem correções gramaticais ou ortográficas.

Destes registros encontramos as seguintes informações:

Quadro 01 – Geral

Data de realização da visita mediada.	Quantidade de pessoas atendidas.	Tempo de duração da atividade.	Dia da semana.
21/09/2022	12	02:45	Quarta-feira.
16/11/2022	32	02:45	Quarta-feira.
17/12/2022	42	02:45	Sábado.
Total: 86			

Fonte: Relatório de avaliação da visita mediada ao antigo DOI-Codi/SP: 21 set. 2022, 16 nov. 2022, 17 dez. 2022.

ARTIGO

Quadro 02 – Visita mediada realizada em 21/09/2022 (quarta-feira)

O que você espera de um memorial no antigo DOI-Codi?
Resposta a): Os crimes cometidos pelo regime militar no Brasil nunca foram reconhecidos pelo Estado e a criação de memoriais como este são mais que necessários para que as novas gerações conheçam o passado e evitar que esses erros se repitam. DITADURA NUNCA MAIS!
Resposta b): Este passado ainda está em disputa. A luta dos injustiçados não pode ser esquecida.
Resposta c): Sempre difícil estar aqui, porém, é necessário. Lembrar é resistir!!!
Resposta d): Lembrar é Resistir! Obrigada por nos mostrar um pouco mais de nossa história! Resistiremos Juntos!

Fonte: Relatório de avaliação da visita mediada ao antigo DOI-Codi/SP: 21 set. 2022.

Quadro 03 – Visita mediada realizada em 16/11/2022 (quarta-feira)

O que você espera de um memorial no antigo DOI-Codi?
Resposta a): Realizei visita neste lugar que já estudo, li e assisti muitos filmes sobre, mas nada comparado a estar presente, junto a pessoas tão comprometidas em manter a memória do local, mesmo que isso nos traga tanta dor, pelo compromisso social de que esse episódio horrível da nossa história de nosso país não se repita. Agradeço imensamente ao trabalho de todos os envolvidos, em especial aos sobreviventes que gentilmente contribuíram tanto conosco nesta tarde. Resistir sempre!
Resposta b): Trabalho de memória importante para gerações futuras. Parabéns.
Resposta c): Realizo uma pesquisa de iniciação científica sobre a memória no DOI-CODI e é muito interessante e potente a proposta pedagógica inserida no local. Parabéns!
Resposta d): A memória deve se manter viva, para que nunca mais aconteça. Presos que já se foram e presos que, ainda vivos, possam testemunhar as barbáries que aqui ocorreram.
Resposta e): Para que nunca mais se repita lutamos pela preservação da memória com a preservação destes lugares.
Resposta f): Fiquei extremamente feliz por estar aqui hoje e presenciar pessoas queridas que são as memórias vivas desse lugar. Não podemos deixar no esquecimento o que aconteceu e devemos contar a história real e verdadeira do Brasil. Faço parte do Espaço Cultural Cachoeiras, da COHAB Raposo e defendemos TB a cultura e a memória viva na periferia. Obrigada a todos que fazem parte desse projeto.

Fonte: Relatório de avaliação da visita mediada ao antigo DOI-Codi/SP: 16 nov. 2022.

ARTIGO

Quadro 04 – Visita mediada realizada em 17/12/2022 (sábado)

O que você espera de um memorial no antigo DOI-Codi?
Resposta a): Iniciativa essencial. Um país não pode jogar sua memória para debaixo do tapete. Não podemos deixar que os que mantém esse passado o presente continuem. Que se ampliem os polos de memória; Resistimos.
Resposta b): A manutenção desse e das visitas a ela é extremamente relevante para entendermos nosso passado e nosso presente. Hoje consegui enxergar muito do que li e ouvi. Que mantenhamos a memória viva para não seguir como os terrores da desumanidade.
Resposta c): Momento importante, forte, memorável, triste que este espaço na rua Tutóia 921 seja um espaço de resistência e de memória viva. Viva a oralidade. Tortura nunca mais.
Resposta d): O trabalho feito aqui é absolutamente essencial para as pessoas de todas as gerações. Que jamais possamos repetir as atrocidades que aqui aconteceram e que a memória desse lugar seja preservada e mostrada para mais e mais pessoas.

Fonte: Relatório de avaliação da visita mediada ao antigo DOI-Codi/SP: 17 dez. 2022.

Dos dados apreendidos por meio dos relatórios preenchidos pela equipe de ação educativa, podemos ainda identificar que, durante o período analisado em nosso trabalho, sempre dois educadores estiveram responsáveis pelo planejamento e execução das visitas mediadas ao espaço do antigo DOI-Codi/SP, César Orte Novelli Rodrigues e Renan Ribeiro Beltrame, que estruturaram as atividades em três momentos:

1) **Acolhimento:** onde tratam de receber o público, identificá-lo, estabelecer vínculos e o diálogo entre participantes (incluindo equipe de ação educativa e testemunhos convidados) e de detectar as possibilidades de abordagem temática, de acordo com os interesses e as necessidades apresentadas pelas pessoas participantes, e conduzem uma introdução à visita, explicando a conjuntura na qual ela foi pensada e quais seus objetivos mais gerais;

2) **Desenvolvimento:** que pode ser dividido em diferentes etapas dependendo da quantidade de pessoas e especificidades do grupo visitante formado. De maneira geral, os educadores, com auxílio de material de apoio pedagógico criado, adentram na discussão de temas de interesse detectados desde a etapa de acolhimento. Na sequência, medeiam a roda de conversa entre público e testemunhos convidados, e em seguida, conduzem a visitação aos espaços externos e internos do prédio outrora ocupado pelo DOI-Codi/SP, momento em que também ex-presas e ex-presos políticos os acompanham e relatam suas experiências no local;

ARTIGO

3) Encerramento: momento no qual novamente acolhem o público, muitas vezes abalado emocionalmente pela visitação e conversa com os testemunhos. Nessa etapa, os educadores tratam ainda de sanar algumas dúvidas do grupo e convidam as pessoas participantes a deixarem suas impressões da visita mediada tanto no relatório de ação educativa como no livro de registros.

Identificamos também que, para efetivação das atividades, os educadores contaram com a parceria de Maurice Politi (também Diretor Executivo do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo) em todos os encontros, e de Dulce Muniz e Emílio Ivo Ulrich, na última das três visitas promovidas no segundo semestre de 2022. Estes participaram como pessoas convidadas nas rodas de conversa com o público, trazendo suas memórias, testemunhos da resistência contra a ditadura militar e das violências que sofreram como vítimas do Estado ditatorial naquele local, no período em que funcionou como centro de repressão e, por meio do diálogo junto ao público, estabeleceram as possíveis conexões entre passado e presente.

A respeito de uma identificação mais detalhada do público visitante temos poucos dados. No entanto, é possível, observando as assinaturas deixadas nos livros de registro, verificar que a maior parte dos relatos escritos foi feita por mulheres, e identificamos o estado do Amazonas e as cidades de Goiana/GO e Sorocaba/SP, como as únicas amostras das localidades de origem das pessoas que deixaram seus relatos.

Como a identificação não é obrigatória, um pequeno número de participantes informou, espontaneamente, sua área de atuação profissional. Dos dados que temos, é possível observar o registro de uma doutoranda da Universidade Federal do ABC (UFABC), mas sem informar sua área de pesquisa ou campus, e também de uma psicóloga. Não obstante, no que diz respeito à idade, não encontramos nenhuma informação espontânea de quem deixou seu relato.

Já as informações registradas pelos educadores sobre o público visitante nos relatórios de ação educativa são bastante generalistas e delas obtivemos elementos sobre o conjunto de pessoas atendidas em cada uma das visitas mediadas realizadas.

Em relação ao grupo de visitante formado para a visita realizada em 21 de setembro de 2022, lemos nos registros que era bastante heterogêneo, contando com pessoas de diferentes idades, de variada formação escolar e profissões distintas. Uma informação destacada, nesse dia, diz respeito ao fato de que três participantes tinham grande interesse em fotografar o espaço visitado, como parte de projetos pessoais que buscam evidenciar e divulgar lugares de memória na cidade de São Paulo, e em outras localidades do Brasil e do mundo.

Sobre o grupo formado para a atividade, realizada em 26 de novembro de 2022,

os educadores registraram a presença de alunas e alunos do curso de Direito (tanto graduação quanto pós-graduação) que, por indicação de um professor parceiro do Núcleo Memória, se inscreveram para a visita. Outro ponto observado diz respeito ao interesse apresentado pela totalidade do grupo em entender como as ações de repressão se efetivavam, para solidificarem argumentos junto à familiares e pessoas amigas que assumem, em dias atuais, uma postura pró-militarismo ou mesmo negacionista, no que diz respeito aos crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar. Consta ainda nos registros que muitos visitantes pretendiam convidar esse perfil de público para participarem de atividades no local e em outros espaços de atuação do Núcleo Memória.

A respeito da identificação do grupo, na visita de 17 de dezembro de 2022, verificamos o registro de que ele foi constituído por pessoas de diferentes formações e que se apresentou uma gama de interesses bastante distintos sobre a visitação.

Análise das atividades observadas e das respostas aos relatórios de avaliação das visitas mediadas ao antigo DOI-Codi/SP

Identificamos logo de início que, em sua totalidade, as respostas apresentadas por visitantes ao questionamento “O que você espera de um memorial no antigo DOI-Codi?”, são favoráveis à continuação de ações educativas no local, e ressaltam três características importantes de serem destacadas: 01) o impacto de estar presente naquele lugar de memória; 02) a potencialidade da memória como elemento pedagógico na formação de indivíduos e de uma sociedade democrática; 03) a declaração de apoio para que ações educativas continuem a ser desenvolvidas naquele lugar de memória, visando contribuir para a construção de uma sociedade democrática.

Não a despeito dessa identificação, observarmos que, dentre as três características da visita mediada apresentadas pelo Núcleo Memória, uma delas é bastante explicitada pelo descrito nos documentos apresentados (ampliação, construção e reconstrução de experiências e saberes), enquanto as demais (estabelecimento do diálogo educadores e público, e a construção coletiva da experiência da visita) estão subjacentes às respostas apresentadas.

Em relação a esta questão, é possível afirmar que, pelo observado durante a pesquisa de campo, tanto o diálogo quanto a construção coletiva da experiência junto a quem participa das visitas mediadas, são pontos atingidos ao longo do desenvolvimento da ação educativa. Consideramos então a necessidade de aprofundar, por meio de ferramentas didáticas a serem desenvolvidas pela equipe, a participação e o diálogo junto aos grupos, e verificar se estes pontos serão apresentados de forma mais evidente em futuras respostas deixadas por visitantes.

ARTIGO

Ainda conforme o observado pelas respostas de visitantes ao final das visitas mediadas, identificamos que a equipe de ação educativa do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo, vem contribuindo com a constituição de uma prática educativa que tende a superar o entendimento alicerçado no senso comum a respeito de nossa história recente e de nossa democracia, e assim cooperando na formação de sujeitos que atuem para a consolidação dos Direitos Humanos e o alargamento da cidadania no país o que, nos preceitos de Gramsci, pode materializar as tendências democráticas, ou seja:

[...] que cada cidadão possa tornar-se “governante” e que a sociedade o ponha, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados) [...] (Gramsci, 2011, p. 49-50).

Nessa perspectiva, os registros nos permitem observar que o trabalho educativo realizado pelo Núcleo Memória, nas visitas mediadas ao prédio do antigo DOI-Codi/SP aproximam-se dos elementos que compunham o princípio educativo que Gramsci identificara na escola primária italiana do início do século XX, apresentando noções de direitos e deveres do cidadão, pois evidenciam a compreensão de que a atividade da qual participaram é fundamental para a compreensão da não repetição das arbitrariedades cometidas pelo Estado ditatorial no passado, garantindo, assim, o desenvolvimento, no presente e no futuro, de uma sociedade democrática.

Tais registros evidenciam também que a ação educativa tem o potencial de proporcionar entendimento acerca da ação coletiva transformadora da política – “das leis civis e estatais” (Gramsci, 2011, p. 43) – o que, por sua vez, opõe-se e supera “sedimentações tradicionais de concepções de mundo” (Gramsci, 2011, p. 43) evidenciando as possibilidades concretas de criação de um consenso e a construção de uma hegemonia alicerçada na valorização dos Direitos Humanos, democráticos e cidadãos.

Entendemos que as ações educativas realizadas no prédio do antigo DOI-Codi/SP pelo Núcleo Memória permitem estabelecer nexos entre passado e presente, e dar concretude aos exemplos abstratos que tangenciam a ação política, fundamental para a efetividade do regime democrático no país, fruto da luta contra um regime ditatorial imposto ilegitimamente por um golpe de Estado que anulou os ritos de consentimento por parte dos governados, cuja concretude é fundamental de ser alcançada.

Sublinhe-se que Gramsci chamou atenção para o que aconteceu com as escolas italianas após uma série de reformas educacionais serem implementadas no início do século passado, o que acabou por afetar a prática docente, em especial nos cursos de

ARTIGO

literatura e filosofia, que trouxe como principal desdobramento uma escola retórica e sem seriedade devido à falta de “corposidade material do certo e do verdadeiro” (Gramsci, 2011, p. 44).

Desta forma, compreendemos que o Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo, com o planejamento e execução das visitas mediadas ao prédio do antigo DOI-Codi/SP, constitui-se como aparelho privado de hegemonia atuante na sociedade civil, disputando os sentidos do modo de pensar dos sujeitos sociais e agindo para a criação de um consenso, bem como para a construção de uma hegemonia que reafirma o caráter pedagógico intrínseco ao processo de efetivação do direito à Memória, Verdade e Justiça na particularidade de um Brasil pós-ditadura militar.

Vale ressaltar neste ponto, que a análise baseada nas concepções gramscianas permitem compreender as complexidades concernentes às particularidades nas quais uma ação educativa realizada por uma Organização Social pertencente à sociedade civil, que ainda não está subordinada diretamente à burocratização do aparelho de Estado, tal qual as escolas ou instituições museológicas pertencentes à Secretaria de Cultura, caracterizando, por essa razão, a realização de práticas não-formais de educação.

No que se refere ao direito à Memória, Verdade e Justiça, a professora Alessandra Gasparotto, por sua vez, embasando-se nas análises de José Carlos Moreira da Silva Filho, identifica: a) que a efetivação do direito à Verdade, está relacionada à investigação, ou seja, à apuração dos fatos envolvendo agentes de Estado na perpetração de crimes contra a humanidade ao longo de um período; b) que o direito à Memória corresponde à necessidade de se recordar esses fatos, e assim, sinalizar o repúdio ao acontecido; c) que o direito à Memória e à Verdade estão previstos naquilo que se denomina Justiça de Transição – no caso brasileiro, da transição do regime ditatorial para o democrático³ – identificado como a maneira pela qual uma sociedade e suas instituições ajustam suas contas com o passado (Gasparotto, 2020).

Analizando as concepções apresentadas pela professora Gasparotto, compreendemos que a efetivação do direito à Memória, Verdade e Justiça apresentam um horizonte pedagógico, comprometido com o educar para o “nunca mais”⁴, campo de atuação da educação para e em Direitos Humanos, visando a mudança de uma sociedade, rompendo com uma cultura de silêncios e impunidades.

Em seu trabalho, a professora, Gasparotto além de apontar metodologias a serem utilizadas em sala de aula, identifica que os lugares de memória vinculados ao passado ditatorial no Brasil – assim como em outros países da América do Sul – são espaços privilegiados para se abordar tais propostas (Gasparotto, 2020).

Compreendemos que o conteúdo abordado pelas ações educativas executadas pela equipe do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo no edifício

outrora ocupado pelo DOI-Codi/SP conforme exposto anteriormente, coincidem com as noções dos direitos e deveres dos cidadãos, observadas por Gramsci, na atuação da escola primária italiana do início do século XX.

Tal conclusão se prende ao fato de que ao suscitarem o debate embasado nas discussões acadêmicas sobre o período da ditadura militar, apresentando fontes históricas que contradizem o discurso oficial do governo à época dos acontecimentos e, explicitando por meio da ação direta de mulheres e homens que resistiram à ditadura e que foram vítimas das violências perpetradas pelo Estado ditatorial e seus agentes militares e civis, evidenciam traços correspondentes à ação política, que por sua vez é estabelecida pelos seres humanos e que por eles podem ser modificadas tendo em vista seu desenvolvimento coletivo.

Por meio das observações *in loco* e da análise documental, podemos considerar que a atividade estudada nos permite compreender que a democracia brasileira alcançada após a ditadura militar pode ser entendida mais concretamente como fruto da ação coletiva, não como produto de uma evolução natural, abstrata, adstringida de um processo histórico, mas sim por uma ação humana dialética.

Nesse sentido, afirmamos ainda que as visitas mediadas ao prédio antigo DOI-Codi/SP, executadas pelo Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo, constituem-se como práticas da educação não-formal que contribuem para a formação – no sentido mais amplo do termo – de profissionais, educadoras e educadores, que atuam em diferentes espaços, o que ao nosso entender, acaba por coadunar com a terceira tese sobre Feuerbach, por sua vez presente nas observações de Gramsci a respeito da educação, na qual Marx nos alerta “que o educador tem ele próprio de ser educado” (Marx; Engels, 2001, p. 100).

Potencializando o caráter pedagógico, intrínseco à efetivação do direito à Memória, Verdade e Justiça, a atividade estudada coopera com formação dos indivíduos que dela participam e da democracia na qual estão inseridos.

Considerações

O trabalho apresentado buscou investigar os potenciais educativos das visitas mediadas ao prédio do antigo DOI-Codi/SP, planejadas e executadas pela equipe de ação educativa do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo (Núcleo memória), dentro de uma abordagem gramsciana, valendo-se da pesquisa de campo e da análise documental como ferramentas metodológicas.

Com isso, tivemos o intuito de redigir um artigo que possa contribuir com o desenvolvimento de ações educativas em lugares de memória relacionados ao passado ditatorial no Brasil, bem como com a formação inicial e continuada de profissionais da

ARTIGO

educação que atuam ou desejam atuar junto a esses espaços.

Em primeiro lugar, procuramos apresentar alguns pressupostos e conceitos desenvolvidos por Antonio Gramsci (2011) em *Cadernos do Cárcere*, como referenciais para o trabalho de pesquisa.

Assim, a compreensão da educação escolar como elemento das relações sociais no modo de produção capitalista, e a percepção da escola como lugar da apresentação das noções de direitos e deveres dos cidadãos, foram tomados como princípios a serem trabalhados e adaptados em nossa investigação.

Os conceitos de sociedade civil e de aparelhos privados de hegemonia foram apresentados com o intuito de serem articulados à análise do que foi exposto pela descrição das visitas mediadas e dos resultados dos relatórios de avaliação feitos pela equipe de ação educativa do Núcleo Memória.

Como resultado, constatamos que o Núcleo Memória, planejando e executando as visitas mediadas em um lugar de memória relacionado à ditadura militar brasileira, ao levar até o antigo centro de torturas, testemunhas que sobreviveram às violações que sofreram, realiza uma prática da educação não-formal que contribui com a superação do entendimento alicerçado pelo senso comum a respeito de nossa história recente e de nossa democracia, como também para a consolidação do caráter pedagógico, intrínseco ao processo de efetivação do direito à Memória, Verdade e Justiça no Brasil, por sua vez, comprometido com o educar para o “nunca mais”, campo da educação para e em Direitos Humanos e cidadania.

Sobre bases gramscianas, podemos considerar que as visitas mediadas ao prédio do antigo DOI-Codi/SP constituem-se como prática educativa formadora, que disputa um consenso, ou seja, a construção de uma hegemonia a respeito do modo de pensar e agir, refletindo sobre o passado, perspectivando ações no presente.

Nessa perspectiva, concluímos que a atividade investigada visa garantir a não repetição das violações aos Direitos Humanos perpetrados pela ditadura militar, consolidando uma ação educativa que explora aspectos políticos sobre os sentidos do passado como também, elementos de nossa formação social na atualidade.

Referências

BONINELLI, Giovanni Mimmo. Folclore. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

GASPAROTTO, Alessandra. O direito à memória e à verdade e a consolidação dos direitos humanos: o que nos conta a experiência brasileira? In: *EDUCAÇÃO em direitos humanos: memória e cidadania: curso intensivo*. São Paulo: Memorial da Resistência

de São Paulo, 2020. p. 102-124. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Catalogo-Curso-Direitos-Humanos-2020.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2024.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

LIGUORI, Guido. Sociedade política. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993.

NÚCLEO MEMÓRIA. [Home]. São Paulo: Núcleo Memória, c2021. Disponível em: <https://www.nucleomemoria.com.br/>. Acesso em: 6 jan. 2024.

PISTORELLO, Daniela; MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios difíceis e ensino de História: uma complexa interação. *História Hoje*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 4-11, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/775>. Acesso em: 6 jan. 2024.

SAES, Décio Azevedo Marques de. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2002.

TEXIER, Jacques. Sociedade civil. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em direitos humanos: uma proposta metodológica. In: *EDUCAÇÃO em direitos humanos: memória e cidadania: curso intensivo*. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2020. p. 61-88. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Catalogo-Curso-Direitos-Humanos-2020.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2024.

Notas

¹Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - Campus Guarulhos. Educador e Pesquisador em lugares de memória relacionados ao passado ditatorial brasileiro. Professor de História na Rede Municipal de São Paulo.

²Tanto o histórico de organização e funcionamento do DOI-Codi/SP, como toda a documentação

ARTIGO

sobre o processo de tombamento do local citada neste artigo, tiveram como base de pesquisa a cartilha *DOI-CODI São Paulo*: percursos de um lugar de memória, produzida pelo Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo, disponibilizada gratuitamente no site da instituição na seção “Publicações”. Disponível em: <https://www.nucleomemoria.com.br/publicacoes>.

³Segundo o professor Décio Saes, é possível, de acordo com as observações feitas pelo cientista político estadunidense Samuel Huntington, identificar a instauração de um “sistema de governo civil tutelado pelas Forças Armadas” (Saes, 2001, p. 38), em um processo no qual as instituições políticas formalmente apresentavam certos traços concretos de uma democracia burguesa – como por exemplo, a presença de políticos civis nos altos cargos do Poder Executivo federal, estatal ou municipal, e ainda a aprovação da Lei de Anistia e a ampliação das possibilidades de participação partidária – que cumpriram a “função ideológica de *ocultar* o caráter em última instância militarizado do processo decisório estatal” (Saes, 2001, p. 39), e que convencionou-se chamar de “transição democrática”.

⁴A professora Maria de Nazaré Tavares Zenaide, por sua vez apoiada em Vera Maria Candau e Suzana Sacavino, nos explica que uma educação voltada para o “nunca mais” “promove o sentido histórico, a importância da memória em lugar de esquecimento” (Zenaide, 2020, p. 66).

